

8 DE JANEIRO

Relatório da CPI indicia Bolsonaro e generais

Documento atribui ao ex-presidente construção do golpe com beneplácito dos militares

» ALINE BRITO
» ÁNDREA MALCHER

A relatora da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do 8 de janeiro, Eliziane Gama (PSD-MA) apresentou, ontem, o relatório da conclusão dos trabalhos do colegiado. Em mais de 1,3 mil páginas, o documento atribui ao ex-presidente Jair Bolsonaro a arquitetura de uma tentativa de golpe de Estado, cujo ápice foi o a invasão e o vandalismo às sedes dos Três Poderes. E aponta os principais generais do Exército que o cercavam como ativos participantes na tentativa de interromper a normalidade democrática no país.

O relatório indicia Bolsonaro por associação criminosa, violência política, abolição violenta do Estado Democrático de Direito e golpe de Estado. De acordo com o documento, o ex-presidente “nunca nutriu simpatia por princípios republicanos e democráticos”. Acusa-o, ainda, de manipular a “massa” com um “discurso de ódio”. “Tentou-se corromper, obstruir e anular as eleições. Um golpe de Estado foi ensaiado e, por fim, foram estimulados atos e movimentos desesperados de tomada de poder. O 8 de janeiro é obra do que chamamos de ‘bolsonarismo’”, afirmou Eliziane.

Chamou a atenção na sessão que a leitura do relatório foi acompanhada em silêncio, tal como aconteceu, também, na apresentação do voto em

Ed Alves/CB/D.A. Press



Eliziane leu as mais de mil páginas sem interrupções. Mas, para hoje, espera-se clima de guerra na sessão

separado dos bolsonaristas e do senador Izalci Lucas (PSDB-DF). Para hoje, quando os três serão levados à votação, não se espera a mesma calma.

No relatório, a senadora afirma que o 8 de janeiro não foi um ato isolado, mas sim uma “mobilização idealizada, planejada e preparada com antecedência”, com “autoria intelectual” de Bolsonaro. Por isso, o texto pede o indiciamento de 17 bolsonaristas apontados como financiadores.

Outros 167 nomes foram citados pela senadora no relatório (saiba quem são os principais deles no quadro abaixo). Além das sugestões de indiciamento, Eliziane também pediu “aprofundamento das investigações” para 106 suspeitos de

envolvimentos nos atos que antecederam o 8 de janeiro, como os acampamentos em frente ao Quartel-General do Exército, em Brasília; os ataques na capital, em 12 de dezembro, quando um grupo de baderneiros tentou invadir a sede da Polícia Federal (PF); a bomba colocada em um caminhão-tanque, próximo do aeroporto de Brasília, na véspera do Natal de 2022; e os bloqueios de rodovias após o segundo turno das eleições presidenciais do ano passado.

Entre os investigados, a relatora sugeriu que “autoridades competentes” fizessem apurações mais detalhadas sobre as supostas omissões do governador Ibaneis Rocha em 8 de janeiro. Porém, ao **Correio**, ele

afirmou estar “muito tranquilo” sobre o relatório final da CPMI e que não existem provas.

“Fiz depoimento espontâneo na Polícia Federal, sofri uma busca e apreensão em todos os meus endereços, entreguei meus telefones e computadores, também espontaneamente. E nada foi encontrado contra mim e meus atos. É ter paciência e esperar o tempo da Justiça”, salientou Ibaneis.

Alvo dos bolsonaristas, o general Gonçalves Dias, ex-diretor do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), foi poupado por Eliziane. Para ela, a conduta de GDias não poderia se igualar “à de seus subordinados” porque ele estava no cargo há apenas sete dias.

OS ARTÍFICES

Jair Bolsonaro — Ex-presidente e considerado no relatório da CPMI como mentor, moral e intelectual, da tentativa de golpe de 8 de janeiro. “Se utilizou como pôde do aparato estatal para atingir seu objetivo maior: cupinizar as instituições republicanas brasileiras até a seu total esfacelamento, de modo a se manter no poder, de forma perene e autoritária”, diz um trecho do documento.

Walter Braga Netto — Ex-ministro da Defesa e, depois, candidato a vice na chapa à reeleição, é classificado como um dos mentores da radicalização no Exército. “Como General do Exército, tinha papel fundamental na arregimentação de apoio político dentro da caserna. Também teria relevante função caso de fato fosse colocada em prática qualquer intencão golpista”, aponta o relatório.

Augusto Heleno — Responsável pelo Gabinete de Segurança Institucional, aderiu a Bolsonaro e ao bolsonarismo antes mesmo da chegada ao governo. Segundo o relatório, “não há como retirar sua responsabilidade pela adesão subjetiva ao designio de Jair Bolsonaro, de atuar dolosamente para que houvesse tentativa de praticar atos contra o Estado Democrático de Direito”.

Luiz Eduardo Ramos — Ex-ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência, ex-ministro-chefe da Secretaria de Governo e ex-ministro da Casa Civil, ajudou ativamente na montagem da farsa que visava desacreditar as urnas eletrônicas e a eleição. “Convidou o técnico em eletrônica Marcelo Abrileri, que dizia ter provas de fraudes ocorridas nas eleições de 2014. Na verdade, as ‘provas’ eram simplesmente diferenças na velocidade de processamento dos votos eletrônicos”, lembra o relatório.

Paulo Sérgio Nogueira — Ex-ministro da Defesa, tentou emparedar o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), inclusive realizando uma fiscalização paralela da contagem de votos que nada encontrou de irregular. Diz o relatório que “teria se utilizado de um hacker para desacreditar o sistema de votação nacional. Teria havido diversos encontros presenciais entre Nogueira e (o hacker Walter) Delgatti, no edifício do próprio Ministério da Defesa”.

Almir Garnier — Além de não ter passado o posto de comandante da Marinha para seu sucessor, soube-se depois que o almirante se colocou à disposição de Bolsonaro para uma quartelada. “Garnier seria um dos quatro elementos que alimentavam o espírito golpista de Bolsonaro”, aponta o relatório.

Ed Alves/CB/DA.Press



Jos? Dias/PR



Ed Alves/CB/DA.Press



Ed Alves/CB/D.A. Press



Divulgação



Marcos Corrêa/PR



Mauro Cid — Ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, foi testemunha ocular de vários episódios relacionados à tentativa de golpe. Além disso, atuou como agente pessoal do ex-presidente intermediando a venda de joias e relógios de alto valor que seriam presentes ao Estado brasileiro, e não ao mandatário da hora. “Não pode admitir a tese de que Mauro Cid apenas cumpria ordens, e como tal, responsabilidade penal tão somente deve ser atribuída ao autor da determinação”, afirma o documento.

Anderson Torres — Ex-ministro da Justiça e Segurança Pública, depois secretário de Segurança Pública do DF, é apontado como “uma das autoridades públicas que mais possuía conhecimento a respeito das ameaças golpistas, especialmente durante o período depois das eleições presidenciais de 2022”. “Foi diretamente responsável pela realização das blitze na região Nordeste no segundo turno das eleições presidenciais”, acusa o relatório.

Marília Alencar — Ex-auxiliar de Anderson Torres no Ministério da Justiça, “atuou, como diretora de inteligência do MJ durante a gestão de Anderson Torres, para confeccionar o boletim de inteligência que mapeou os municípios que receberam mais de 75% dos votos para os candidatos no segundo turno”. “Inegavelmente, possuía informações sigilosas e antecipadas a respeito do risco de ocorrência de atos antidemocráticos do dia 8 de janeiro”, conclui o relatório.

Silvinei Vasques — Ex-diretor-geral a Polícia Rodoviária Federal (PRF), “foi diretamente responsável pelo planejamento, operacionalização e execução das blitze realizadas na região Nordeste, no segundo turno das eleições presidenciais de 2022, direcionadas especificamente para rodovias federais que conectavam municípios cujos eleitores votaram majoritariamente no candidato Luiz Inácio Lula da Silva”. “Instrumentalizou o cargo que ocupava para atuar politicamente em favor do então candidato à reeleição”, mostra o documento.

Carla Zambelli — Bolsonarista de primeira hora, a deputada federal é apontada como sendo a ponte entre o hacker Walter Delgatti e Bolsonaro no esquema para desacreditar as urnas eletrônicas. “Foi diretamente responsável por apresentar Walter Delgatti Neto, o hacker envolvido na Operação Spoofing, a diversas autoridades de alto relevo da administração federal”. “É inegável que a deputada, abusando de suas prerrogativas parlamentares, difundiu informações falsas a respeito do processo eleitoral”, diz o relatório.

PEDIDO DE INVESTIGAÇÃO

Ibaneis Rocha — O governador do DF “tinha pleno conhecimento do risco de atos violentos. Contudo, conforme amplamente sabido, o efetivo das forças de segurança no dia 8 de janeiro foi reduzido, ainda mais se considerarmos os inúmeros avisos de que atos violentos ocorreriam” — aponta o relatório. “Em razão de esta comissão não possuir competência constitucional para investigar governadores de Estados-membros, apontamos a necessidade de aprofundamento das investigações pelas autoridades competentes”, pede a CPMI.

Ed Alves/CB/DA.Press



Ed Alves/CB/DA.Press



Carla Zambelli



Minervino Júnio/CB/DA.Press



Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



A derrota dos “cavaleiros húngaros” na CPMI do 8/1

A CPMI se reúne hoje, novamente, para apreciar o relatório da senadora Eliziane Gama (PSD-MA), que pediu o indiciamento do ex-presidente Jair Bolsonaro e de mais 60 pessoas por tentativa de golpe de estado, em 8 de janeiro deste ano, quando foram invadidos e vandalizados os palácios do Executivo, do Congresso e do Supremo Tribunal Federal. Oito generais e um almirante, entre 22 militares de diversas patentes, e mais oficiais do alto escalão da Polícia Militar do Distrito Federal, policiais federais e rodoviários, empresários, um influenciador e a deputada Carla Zambelli (PL-SP) foram indiciados.

Os deputados e senadores de oposição apresentaram um relatório alternativo, no qual culpam o governo Lula pelos acontecimentos e pedem o indiciamento do ministro da Justiça, Flávio Dino; do general Gonçalves Dias, então o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI); do ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) Saulo Moura Cunha; e do ex-subcomandante da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), coronel Klepter Rosa Barbosa. O senador Izalci Lucas (PSDB-DF) também pretende apresentar um relatório paralelo, que acusa o governo Lula de omissão diante das falhas no sistema de segurança encarregado de guarnecer externamente os Três Poderes.

O relatório de Eliziane é uma peça política robusta, em defesa da democracia, que irá para os anais da história da República, mas que precisa ainda ser aprovado pela Comissão. Caso isso ocorra, como previsto, os relatórios apresentados pela bancada bolsonaristas e por Izalci não serão apreciados.

O ineditismo está no pedido de indiciamento dos generais Braga Netto, candidato a vice-presidente na chapa de Bolsonaro e ex-ministro da Casa Civil e da Defesa; Augusto Heleno, ex-ministro do GSI; Luís Eduardo Ramos, ex-ministro da Casa Civil; Paulo Sérgio Nogueira, ex-ministro da Defesa; Freire Gomes, ex-comandante do Exército; Ridauto Lúcio Fernandes; Carlos José Penteado, ex-secretário-executivo do GSI; e Carlos Feitosa Rodrigues, ex-chefe da Secretaria de Coordenação e Segurança Presidencial do GSI; além do almirante Almir Garnier Santos, ex-comandante da Marinha.

A aprovação do relatório será um marco histórico em relação ao tratamento dado aos militares de alta patente pelo Congresso, porque os sequestros e assassinatos cometidos durante o regime militar não formam punidos, em razão da Lei da Anistia. É um resultado surpreendente, primeiro, porque a CPMI foi requerida pela oposição e, ao final, virou-se contra Bolsonaro e seus aliados. Segundo, porque a CPMI evitou constar os generais em audiências, mas eles foram indiciados em razão das provas que foram reunidas.

Os atuais comandantes militares lavaram as mãos em relação aos colegas, depois da delação premiada do tenente-coronel Mauro Cid, o ex-ajudante de ordens de Bolsonaro. Até então, nos bastidores, o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, ainda trabalhava para evitar o indiciamento dos generais.

O fracasso golpista

Onde entram os “cavaleiros húngaros”? Em agosto de 2021, o confronto entre Bolsonaro e o Supremo Tribunal Federal estava instalado, culminando com as manifestações do 7 de setembro daquele ano, com os ataques e ameaças do presidente ao ministro Alexandre de Moraes, o que provocou dura reação do presidente da Corte, ministro Luiz Fux. Bolsonaro escalara as tensões com o STF para provocar uma crise institucional e mudar as regras do jogo das eleições de 2022, com apoio das Forças Armadas, o que não ocorreu.

Entretanto, as investigações sobre os acontecimentos de 8 de janeiro mostraram que havia uma conspiração golpista em curso, que não envolveu todo o alto comando das FAs, mas contou com a participação direta ou omissão de ocupantes dos altos escalões do Palácio do Planalto, dos ex-comandantes do Exército e da Marinha; dos diretores das polícias Federal (PF) e Rodoviária Federal (PRF); dos comandantes da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) e do ex-ministro da Justiça Anderson Torres, que é policial federal.

Bolsonaro explorava as insatisfações da cúpula militar com o STF por causa da anulação das condenações do então ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que já era o favorito nas pesquisas eleitorais desde 2021. Na ocasião, comparei o envolvimento desses militares com o projeto golpista a um episódio da Guerra dos 30 Anos (1618-1648), que conflou a Europa. Um grupo de 45 cavaleiros húngaros, com suas armaduras, durante seis meses aterrorizou o condado de Flandres, a região flamenca da Bélgica. São citados pelo pensador italiano Antônio Gramsci, nos *Cadernos do Cárcere*, que indagava: “Como conseguiram? Como e por que o grande número, mais forte, se submete ao pequeno?”

No caso do 8 de janeiro, os “cavaleiros húngaros” não conseguiram. O grupo de generais em vias de serem indiciados pela CPMI do 8 de janeiro, saudosista do regime militar, estava fadado ao fracasso porque o mundo mudou e a democracia brasileira tem instituições mais fortes do que imaginavam.

No relatório, Eliziane rechaçou a tese de que os atos de 8 de janeiro ocorreram de forma espontânea. “Nosso objetivo foi entender como isso aconteceu; como alguns milhares de insurgentes se radicalizaram, se organizaram e puderam romper, sem muita dificuldade, os sistemas de segurança que deveriam proteger a Praça dos Três Poderes. As investigações aqui realizadas, os depoimentos colhidos, os documentos recebidos permitiram que chegássemos a um nome em evidência e a várias conclusões. O nome é Jair Messias Bolsonaro”, destacou.